

Em Tese

CULTURAL BACKLASH: UMA EXPLICAÇÃO CONVINCENTE?

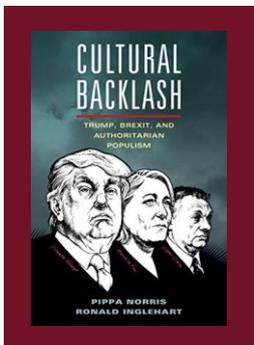
CULTURAL BACKLASH: A CONVINCING EXPLANATION?

Valéria **CABRERA**

Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brasil
valeriabcabreira@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-3343-5831> 

Mais informações da obra no final da resenha 



NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald: **Cultural Backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism**. Cambridge/UK: Cambridge University Press, 2019.

PALAVRAS-CHAVE: Reação cultural. Populismo autoritário. Democracia.



KEYWORDS: Cultural backlash. Authoritarian populism. Democracy.

Cultural Backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism (2019) é o mais recente livro de Pippa Norris e Ronald Inglehart, ainda não traduzido em língua portuguesa. De forma bastante evidente, Norris e Inglehart (2019) buscam endossar conclusões já encontradas em escritos anteriores seus, preocupando-se nessa obra, especificamente, em explicar contradições aparentes entre achados seus e fenômenos políticos contemporâneos, como a ascensão de movimentos, partidos e líderes populistas mesmo em sociedades industrializadas. Principalmente, o argumento defendido pela Teoria do Desenvolvimento Humano de Inglehart e colaboradores (INGLEHART, 1977, 1990, 1997, 2012; INGLEHART, WELZEL, 2009) de que o florescimento e avanço da democracia é mais provável em sociedades altamente avançadas parece estar sendo desafiado.

Nesse sentido, esta obra compõe-se em uma sequência do argumento já levantado em *Cultural Evolution: people motivations are changing and reshaping the world* (INGLEHART, 2018), agora com maior detalhamento e aprofundamento sobre aspectos lá ainda apresentados de maneira preambular. De acordo com Norris e Inglehart (2019), sua proposta nesta obra é examinar as possíveis consequências do populismo autoritário contemporâneo e, sobretudo, analisar se as democracias liberais existentes hoje são suficientemente fortes para resistir a esse fenômeno. *Cultural Backlash Theory* é como os autores denominam a tese defendida no livro – aqui traduzida livremente para “Teoria da Reação Cultural”.

De acordo com os autores, identidades sociais fundadas em fé, família e estado-nação, convencionais em meados do século XX, parecem agora ter retomado força em sociedades democráticas ocidentais. Mantendo o argumento encontrado em pesquisas anteriores suas, os autores explicam que isso decorre do fato de que a mudança de valores propulsora da democracia e decorrente do desenvolvimento econômico se dá por um processo complexo, que envolve a rotação das gerações, isto é, o surgimento de novas gerações e o desaparecimento das já existentes. Por isso, a maioria dos conservadores sociais hoje existentes são pessoas mais idosas, que tiveram dificuldade em compreender a mudança de valores que possibilitou, por exemplo, o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a diversidade multicultural, o que os fez sentir como estrangeiros em suas próprias terras. Nesse sentido, embora o público que endossa valores tradicionais apareça inflamado neste momento, compõe, na verdade, a grande minoria da população ocidental e está em constante decréscimo.

O argumento dos autores, nesse sentido, é que as pessoas socialmente conservadoras, apesar de minoritárias, parecem agora numerosas pelos resultados políticos do alto apoio a líderes, movimentos e partidos autoritários, porque efeitos periódicos, como a imigração em larga escala, fizeram a mudança cultural se tornar ainda mais aparente aos olhos dos conservadores sociais, de forma que, ao mesmo tempo em que essa mudança avançou, foi enfraquecida pela reação decorrente. Nesse sentido, processos seculares – tais como a substituição geracional, o aumento dos níveis de educação, o crescimento da diversidade étnica, a igualdade de gênero e o crescimento da urbanização – contribuíram, segundo os autores, para a mudança cultural, mas efeitos periódicos, tais como a perda de emprego, o declínio das indústrias manufatureiras, os fluxos migratórios e a percepção do risco de terrorismo, condicionaram o seu ritmo.

Com isso, Norris e Inglehart (2019) querem dizer que os processos seculares diminuíram gradualmente o tamanho dos segmentos sociais adeptos dos princípios fundamentais do conservadorismo social e expandiram os segmentos da população que apoiam atitudes liberais, em geral, os membros das gerações mais jovens. Segundo os seus resultados, nos Estados Unidos, as gerações mais jovens tomam atitudes muito mais liberais em relação às gerações mais idosas em uma ampla gama de questões sociais contemporâneas, como opiniões sobre o papel de mulheres e homens na sociedade e questões que dizem respeito à religiosidade, à raça, ao armamento da população, entre outras. Ainda, diferenças geracionais similares foram encontradas na Inglaterra, onde, em 2016, idade e educação dividiram o público favorável e contrário ao Brexit mais do que classe social: os idosos e menos educados foram majoritariamente favoráveis ao Brexit.

Enquanto a mudança cultural motivou o crescimento do “populismo liberal”, com a ascensão do liberalismo social entre os mais jovens (população mais instruída), acabou associando-se à desilusão com a performance dos partidos políticos e dos líderes convencionais, que deixaram de atender a determinadas demandas, como aquelas sobre desigualdades econômicas e injustiça social no mundo capitalista global. Nesse contexto, os partidos populistas liberais buscaram o apoio dos mais jovens e, assim, alinharam-se a pautas defendidas habitualmente por movimentos sociais, abertamente progressistas, como a proteção ambiental, os direitos LGBTQ, a igualdade de gênero, o controle de armas, os direitos imigratórios, os direitos humanos e a justiça social. Como consequência, para os autores, a contrarreação gerou apoio ao populismo autoritário. Inicialmente, a difusão do

pós-materialismo¹, e de políticas progressistas dele decorrentes, estimulou uma reação em parte dos conservadores sociais; após, houve um ponto de inflexão no equilíbrio entre conservadores e liberais no eleitorado, que refletiu um efeito na opinião pública em sentido oposto à realidade numérica dos conservadores nas sociedades avançadas.

De acordo com Norris e Inglehart (2019), o fato de os liberais terem se tornado maioria em muitas sociedades ocidentais, gerou uma mudança de comportamento nos conservadores, antes mais comedidos (talvez por temerem penalidades sociais, como indicam alguns estudos²), catalisando uma reação ao novo grupo dominante. Assim, embora tenham se tornado minoria, os conservadores sociais, formados pelos grupos mais idosos das sociedades, passaram a ser a maioria do público votante. A autocensura inicial, segundo os autores, parece ter fomentado um ressentimento contra o “politicamente correto”. Somado a isso, os grandes fluxos de imigração, que mudaram a composição étnica das sociedades industriais avançadas, agregando culturas, línguas, religiões e estilos de vida distintos, reforçou o sentimento dos conservadores de que são estrangeiros em seus próprios países.

Para Norris e Inglehart (2019), há fortes evidências de que a mudança intergeracional de valores, assim como a evolução educacional e urbanística, alteraram gradualmente o equilíbrio entre liberais e conservadores sociais nas sociedades ocidentais, isto é, os socialmente liberais tornaram-se maioria, engatilhando a reação cultural por parte dos conservadores a partir de atitudes autoritárias. No entanto, o reflexo disso nas eleições depende parece depender também do contexto, argumentam. Em algumas circunstâncias, os conservadores sociais poderiam não se preocupar em ir votar: por exemplo, se estivessem desiludidos com a política e com os programas dos partidos convencionais. No entanto, quando líderes populistas surgiram defendendo justamente os seus valores, até então taxados de politicamente incorretos, mostraram-se um canal de expressão política para os conservadores sociais. Além disso, de acordo com Norris e Inglehart (2019), usualmente, a geração entreguerras tem aparecido como muito mais propensa a votar do que a geração do milênio. O resultado disso, afirmam os autores, é que os grupos mais idosos tendem a ser mais influentes na política eleitoral, a despeito de serem minoria.

¹ Pós-materialismo é uma síndrome de valores pós-materialistas, isto é, valores ligados a um momento em que valores materiais, tais como a segurança financeira e existencial, deixam de ser prioridade na vida das pessoas, dando lugar a valores ligados à liberdade e à autonomia individual (INGLEHART; WELZEL, 2009).

² Os autores citam a teoria de Elizabeth Noelle-Neumann, de 1974, de que as pessoas tendem a permanecer em silêncio quando seus pontos de vista são minoritários.

No entanto, a disposição das pessoas para abandonar partidos convencionais está relacionada, argumentam Norris e Inglehart (2019), a um desalinhamento sócio-partidário já largamente documentado: o processo de enfraquecimento da relação esquerda-direita, isto é, de aspectos tradicionais de classe como âncoras na política. Esse é um argumento já levantado em Inglehart (2018), que decorre de uma tendência dos revisores da teoria da modernização de compreenderem positivamente o apagamento da linha que divide esquerda e direita. Esse é o caso de Beck (2013), para quem na chamada “sociedade de risco” instituições como partidos e sindicatos perdem sua centralidade na medida em que a preocupação com distribuição de renda se torna secundária, pois a prevenção de riscos na produção de bens e o controle das ameaças da modernização passam a ser prioridade (BECK, 2013). Esse processo, de acordo com Norris e Inglehart (2019) teria levado socialistas, social-democratas e trabalhistas a procurar apoio junto a profissionais do setor público, porque não puderam mais depender da base sindical. Com isso, enfatizam os autores, a agenda de políticas públicas desse setor foi alterada para contemplar demandas pós-materialistas, o que fez diminuir a ênfase na redistribuição, aprofundando desigualdades sociais.

Ainda que os autores identifiquem populismos liberal e autoritário, consideram o populismo autoritário mais ameaçador para a democracia, uma vez que busca corroer a confiança das pessoas em mecanismos institucionais de salvaguarda democrática, as levando a aceitar que líderes fortes fomentem a intolerância social. Segundo interpretam Norris e Inglehart (2019, p. 66), o populismo apresenta-se como “um estilo retórico de comunicações afirmando que (i) a única legitimação democrática emana diretamente do povo, e que (ii) aqueles que estão no poder são profundamente corruptos e autointeressados, traindo a confiança pública” (tradução nossa). Ainda, os autores lembram que nem todos os populistas endossam o autoritarismo e nem todos os governantes autoritários adotam apelos populistas, mas que essa combinação ocorre frequentemente, pois os interesses de um satisfazem os interesses do outro.

Além disso, tendo em mente a distinção clássica da cultura política entre valores e atitudes, Norris e Inglehart (2019, p. 71) preocupam-se em esclarecer o que entendem por “valores autoritários”, definindo-os como um cluster de três componentes enfatizados pelo público que os detém: (i) conformidade a convenções de grupos e a costumes tradicionais; (ii) segurança e proteção do grupo contra riscos, justificando coação e agressão em relação a estranhos; e (iii) lealdade ao grupo e aos seus líderes. Inversamente, segundo os autores, os liberais e progressistas são mais abertos a outros grupos e a novas ideias, de forma que

compõem um polo da divisão cultural, enquanto os autoritários localizam-se no polo oposto. Por isso, os populistas liberais não oferecem ou oferecem baixo risco à democracia liberal, já que favorecem valores socialmente liberais e tolerância a estilos de vida multiculturais.

Assim, de acordo com os autores, novas testagens, a partir de dados de pesquisa *survey* atualizados para a Europa e os Estados Unidos, demonstram que a revolução silenciosa continua a transformar as sociedades Ocidentais em uma vasta gama de questões sociais, não havendo que se falar em avanço conservador ou em qualquer desaceleração na mudança progressista. De acordo com Norris e Inglehart (2019, p. 122), os seus resultados confirmam que “a trajetória a longo prazo da evolução cultural continua movendo as culturas ocidentais em uma direção mais socialmente liberal em décadas sucessivas” (tradução nossa). Ademais, os autores identificaram os principais condutores dessa evolução cultural: a mudança intergeracional de valores, a educação universitária, o crescimento da igualdade de gênero e a urbanização.

Entretanto, os autores precisavam testar o papel de fatores econômicos, ponto chave da Teoria do Desenvolvimento Humano de Inglehart (INGLEHART, 1977, 1990, 1997, 2012, 2018; INGLEHART; WELZEL, 2009). O sucesso eleitoral de partidos populistas autoritários tem sido associado frequentemente a acontecimentos econômicos do final do século XX, tais como o neoliberalismo e a globalização. Os autores citam o estudo de Thomas Piketty, para quem a liberalização da economia seria a culpada pela desigualdade de renda crescente desde o início da década de 1970 e exacerbada pela automação e a terceirização do trabalho. Para Norris e Inglehart (2019, p. 137), “no entanto, o que importa não é apenas as condições econômicas, mas também a resposta política a ela”. Para os autores, ocorre que os partidos de centro-esquerda social-democrata não foram capazes de implementar políticas sociais que proporcionassem um senso de segurança para os desempregados e subprivilegiados.

Assim, Norris e Inglehart (2019) concentram-se em verificar as consequências desses desenvolvimentos econômicos na Europa. Segundo os autores destacam, se a sua tese estiver correta, valores autoritários e populistas devem ser mais fortemente apoiados por pessoas inseridas em famílias de baixa renda e que quase não conseguem poupar, entre aqueles que estão ou estiveram desempregados por muito tempo, entre os operários de indústrias manufatureiras e entre aqueles inseridos em famílias dependentes de benefícios sociais. Os resultados demonstram que, de fato, o autoritarismo e o populismo são mais fortes entre respondentes menos prósperos economicamente. A principal exceção – da maior relevância, segundo Norris e Inglehart (2019) – é que a experiência de

desemprego de longa duração e a dependência de benefícios sociais não tiveram o efeito esperado. Afora isso, os resultados demonstram que o grupo geracional é o principal preditor dos valores autoritários seguido de fatores econômicos, enquanto para o populismo características econômicas são levemente mais determinantes do que a geração do respondente. Entretanto, a longo prazo, os resultados sugerem que baixas econômicas conduzem todos os grupos geracionais em direção ao materialismo, assim como altas econômicas os fazem retornar ao pós-materialismo, comprovando, segundo percebem Norris e Inglehart (2019), a existência e a relevância de efeitos periódicos.

Além disso, os resultados obtidos por Norris e Inglehart (2019) demonstram a existência de conexão entre atitudes anti-imigração e valores autoritários. Os autores concluem que o tratamento cultural dispensado à imigração tem maior relação com autoritarismo e populismo do que com a necessidade de proteção dos interesses econômicos do país. No entanto, mesmo controlando a testagem com variáveis relacionadas à imigração e às condições econômicas, a geração do respondente permanece o preditor mais importante dos valores autoritários. De qualquer sorte, Norris e Inglehart (2019) alertam que a reação à diversidade cultural por parte dos conservadores não pode ser desprezada, na medida em que esse é o grupo que mais provavelmente apoia partidos populistas autoritários.

Em suma, o argumento central de Norris e Inglehart (2019) é que, embora o setor mais idoso e mais conservador da sociedade seja cada vez menor devido a rotação geracional, está havendo uma reação cultural, que tem causado polarização política, refletida, sobretudo, na competição partidária e na agenda de políticas públicas. Isso não quer dizer, segundo os autores, que se precise falar em crise ou em morte da democracia: a democracia liberal continua a trilhar a trajetória advinda da modernização, a qual apenas não é linear e pode ser atingida por efeitos periódicos. Enquanto isso, alguns autores têm interpretado que a democracia liberal vem trilhando o caminho inverso à consolidação democrática ao redor do mundo. Entre eles, estão Foa e Mounk (2016, 2017), que, em 2016, protagonizaram um debate direto com Ronald Inglehart (2016) nas páginas do *Journal of Democracy*. Para Foa e Mounk (2016, 2017), o crescimento de movimentos e partidos populistas autoritários, casos como a vitória de Donald Trump e de Marine Le Pen e a saída dos britânicos da União Europeia a partir do movimento Brexit são exemplos de acontecimentos associados à desconsolidação democrática.

Tendo em mente esse embate teórico e, sobretudo, o argumento de Norris e Inglehart (2019) de que a desigualdade social não decorre diretamente do capitalismo, é

difícil não se pensar na possibilidade de que os últimos escritos de Inglehart e seus colaboradores não estejam apenas preocupados em explicar os fenômenos políticos contemporâneos, mas de explicá-los resguardando a teoria quadrigenária de Inglehart. Com efeito, percebe-se que a própria dinâmica oriunda do desenvolvimento econômico acelerado, acaba por dar ao mercado lugar de destaque, abrindo caminho para que a política seja deslocada para o campo moral, fomentando fanatismos. Assim, ignorar o papel da dinâmica capitalista envolvida no processo de modernização para o aprofundamento de desigualdades sociais, alegando que essa é um questão política, soa muito mais como uma defesa de um modelo normativo de democracia aliada ao capitalismo do que como uma justificativa às contradições fáticas a sua teoria.

Não se crê possível falar-se em democracia sem pensá-la politicamente. Conforme se entende, ainda que a desigualdade não seja inerente, pode ser decorrente do capitalismo ou do desenvolvimento econômico. Portanto, o desenvolvimento econômico é, na verdade, uma faca de dois gumes: se conduz à democracia, pode também conduzir à desdemocratização. O fato de a desigualdade ser solucionável com as políticas adequadas, não isenta o desenvolvimento econômico de tê-la causado. Ademais, a promoção da igualdade social depende enormemente de vontade política e, sobretudo, de contrariar interesses influentes – não raro ligados ao mercado – nas dinâmicas governamentais. Assim, parece, no mínimo, impreciso afirmar-se que a desigualdade social não decorre do desenvolvimento econômico e que o desenvolvimento econômico, por si só, conduz a democratização por meio da mudança cultural. As ditas questões políticas, se são indispensáveis para o alcance da democracia efetiva, devem ser pensadas dentro da teoria invés de serem apartadas.

Ainda que, de fato, possa estar ocorrendo uma reação conservadora à mudança cultural (parece que sim), é indispensável notar como muito do processo de crise das democracias no mundo decorre de patologias próprias do modelo liberal de democracia. Norris e Inglehart (2019), no entanto, preferem rejeitar a existência dessas patologias, defender o arremedo democrático hegemônico, que privilegia o mercado em detrimento da justiça social e da inclusão do “demos” na política e desenvolver uma justificativa que se encaixe na teoria de Inglehart (1977, 1990, 1997, 2012, 2018) e Inglehart e Welzel (2009).

REFERÊNCIAS

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2013.

FOA, Roberto S.; MOUNK, Yascha. The danger of desconsolidation. **Journal of Democracy**, v. 27, n. 3, 2016. Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/wp-content/uploads/2016/07/FoaMounk-27-3.pdf>. Acesso em: 15 set. 2018.

_____. The Signs of Deconsolidation. **Journal of Democracy**, v. 28, n. 1, 2017. Disponível em: https://www.journalofdemocracy.org/sites/default/files/02_28.1_Foa%20%26%20Mounk%20pp%205-15.pdf. Acesso em: 15 set. 2018.

INGLEHART, Ronald. **The Silent Revolution**. Princenton: Princeton University Press, 1977.

_____. **Culture Shift in Advanced Societies**. Princenton: Princeton University Press, 1990.

_____. **Modernization and Post-modernization: cultural, economic and political change in 43 societies**. Princenton: Princeton University Press, 1997.

_____. A revolução silenciosa na Europa: mudança intergeracional nas sociedades pós-industriais. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 20, n. 43, p. 159-191, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v20n43/a08v20n43.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2017.

_____. **Cultural Evolution: people's motivations are changing and reshaping the world**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. **Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano**. Tradução: Hilda Maria Lemos Pantoja Coelho. São Paulo: Francis, 2009.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. **Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA CULTURAL BACKLASH: UMA EXPLICAÇÃO CONVINCENTE?

Valéria **CABRERA**
Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brasil
valeriabcabreira@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-3343-5831> 

AGRADECIMENTOS

Agradeço à CAPES pela concessão de bolsa de doutorado, sem a qual não poderia me dedicar de forma exclusiva à pesquisa. Embora esta resenha trate-se de um manuscrito a parte de minha tese de doutorado, a obra resenhada foi da maior valia para a minha pesquisa.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional \(CC BY\)](#). Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

HISTÓRICO

Recebido em: 19 de dezembro de 2019

Aprovado em: 08 de janeiro de 2020

